



Município de Muqui

Estado do Espírito Santo

DECRETO Nº 151, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a instituição de horário especial de expediente (turno ininterrupto) na administração pública direta e indireta do Município de Muqui/ES, no período de verão, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MUQUI**, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 92, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o Princípio da Eficiência administrativa, previsto no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar e otimizar a utilização dos recursos públicos e promover a eficiência administrativa durante o período de verão;

CONSIDERANDO que a concentração das atividades no turno matutino, entre 07:00 e 13:00, permite o máximo aproveitamento da luz natural e reduz os custos operacionais com climatização e energia elétrica nas horas de maior calor;

CONSIDERANDO a imperativa e inadiável manutenção dos serviços essenciais e de escala, cuja interrupção comprometeria a segurança, a saúde e o bem-estar da população;

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica estabelecido, em caráter excepcional e temporário, o horário especial de expediente e atendimento ao público nas repartições públicas municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, no regime de turno ininterrupto.

Parágrafo único. O horário especial de que trata o *caput* será das 07 (sete) horas às 13 (treze) horas, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º O regime de horário especial de trabalho de que trata este Decreto vigorará a partir do dia 02 de janeiro de 2026 e se encerrará em 28 de fevereiro de 2026.



Município de Muqui

Estado do Espírito Santo

CAPÍTULO II

DAS EXCEÇÕES E SERVIÇOS ESSENCIAIS

Art. 3º Ficam excluídos do cumprimento da jornada especial de trabalho (07h às 13h) os servidores lotados nos órgãos e entidades que desempenham serviços essenciais ou operam em regime de escala, plantão ou turnos ininterruptos, devendo manter seu horário de funcionamento normal ou o regime de escala já estabelecido, a fim de garantir a continuidade e a qualidade do serviço público.

§ 1º Para os fins deste Decreto, consideram-se serviços essenciais, devendo manter seu funcionamento normal (integral ou em escala):

I. Os serviços de assistência e atendimento em saúde, especialmente aqueles prestados nas unidades de Pronto Atendimento e demais unidades que exijam regime de plantão ou turnos ininterruptos;

II. Os serviços de limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos e manejo de cemitérios;

III. Os serviços de fiscalização tributária, fiscalização de obras e posturas, e os setores de arrecadação que exijam atendimento presencial de urgência ou atuação em campo;

IV. Os serviços da Defesa Civil;

V. As unidades escolares, cujo funcionamento e expediente deverão ser disciplinados por Portaria específica da Secretaria Municipal de Educação, em alinhamento com o calendário letivo.

§ 2º As Secretarias e Entidades responsáveis por serviços não explicitamente elencados no § 1º, mas que exijam continuidade ininterrupta ou horários diferenciados, deverão comunicar formalmente a exclusão da jornada especial à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 4º Compete aos Secretários Municipais e Dirigentes das entidades da Administração Indireta, bem como às Chefias Imediatas, a responsabilidade pela:

I. Definição e organização das escalas de trabalho dos servidores a eles subordinados, garantindo a continuidade dos serviços essenciais;

II. Fiscalização rigorosa da frequência e do cumprimento integral das 6 (seis) horas de trabalho do turno ininterrupto.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º O horário especial instituído por este Decreto não afeta e nem revoga eventuais jornadas especiais de trabalho concedidas a servidores em virtude de lei federal ou decisão judicial, especialmente aquelas relacionadas ao cuidado de dependentes com deficiência.



Município de Muqui

Estado do Espírito Santo

Parágrafo único. As Secretarias deverão garantir que os servidores beneficiados por jornada reduzida (Tema 1097 do STF) continuem a exercer seu direito, respeitada a redução sobre a jornada integral que lhes seria aplicável.

Art. 6º A jornada normal de trabalho da Administração Pública Municipal será restabelecida automaticamente a partir do dia 01 de março de 2026.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Muqui, ES, aos 16 dias do mês de dezembro de 2025.

Sérgio Luiz Anequim
Prefeito Municipal de Muqui/ES

MUNICÍPIO DE MUQUI

PUBLICAÇÃO

Publicado nos termos do art. 89 do LOM.

Município de Muqui-ES, 16/12/2025

Nicolau Esperidião Neto
Secretaria Municipal de Administração
e Finanças